

INTERDISCURSO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: SOBRE A PRODUÇÃO DE ENUNCIADOS

Thiago Manchini de CAMPOS¹

RESUMO: O aparecimento do conceito de interdiscurso no aparato teórico da análise do discurso de linha francesa fez com que outros conceitos, antes tidos como de extrema importância – condições de produção e formação discursiva – saíssem um pouco de foco. Hoje, o primado do interdiscurso sobre o discurso é uma das teses principais da análise do discurso. Assim sendo, nosso esforço incide na tentativa de elaborar um construto teórico que dê conta de discutir este paradigma, entendendo que o discurso (efeito de sentido) se forma a partir no imbricamento de dois eixos: um vertical e diacrônico, constituído de memórias, já-ditos, ou seja, interdiscurso; e um horizontal e sincrônico, configurado pelas condições de produção no sentido de acontecimento histórico que pode ter múltiplas durações, que impacta o real e origina a emergência de enunciados. Para tal, lançaremos mão da noção de acontecimento foucaultiana, buscando traçar paralelos com o conceito de condições de produção como visto em Pêcheux.

ABSTRACT: This paper has as an objective to discuss the present role of the interdiscourse concept in the theoretical apparatus of the French discourse analysis. We understand that discourse, as we perceive it, is formed in the encounter of two axes: a vertical one, consisting of memories and horizontal one, configured by the conditions of production in a sense of a historical event that can have multiple durations and originates the production of statements.

1. INTRODUÇÃO

O aparecimento do conceito de interdiscurso no aparato teórico da análise do discurso de linha francesa fez com que outros conceitos, antes tidos como de extrema importância – condições de produção e formação discursiva – saíssem um pouco de foco². Hoje, o primado do interdiscurso sobre o discurso é uma das teses principais da análise do discurso. Assim sendo, nosso esforço incide na tentativa de elaborar um construto teórico que de conta de discutir este paradigma, entendendo que o discurso (efeito de sentido) se forma a partir no imbricamento de dois eixos: um vertical, constituído de memórias, já-ditos, ou seja, interdiscurso; e um horizontal, configurado pelas C.P. no sentido de acontecimento histórico que pode ter múltiplas durações, que impacta o real e origina a emergência de enunciados.

2. ANÁLISE DO DISCURSO: PRIMADO DO INTERDISCURSO?

É na década de 60 que Pêcheux, baseado na “Tríplice Aliança” – Marxismo, Lingüística e Psicanálise – (Pêcheux, 1978), busca problematizar as noções de sujeito e

¹ Mestrando em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista CNPq.

² Maldidier (2003) afirma que a noção de F.D. perde a sua força nos últimos escritos de Pêcheux, mantendo-se somente o conceito de interdiscurso. No entanto existem diversos autores que estabelecem uma relação entre F.D. e interdiscurso, como, por exemplo, Orlandi (1992).

ideologia através de um novo viés: língua e discurso. Este novo momento permite a formulação de alguns pontos importantes que irão ter um profundo impacto na relação língua – ideologia – sujeito. Os primeiros e segundos pontos residem na tentativa em se proceder a uma análise que se desprenda da ilusão do sujeito como origem do sentido, e de se romper com a concepção de linguagem como um instrumento de comunicação. Há aqui a tentativa de se analisar sujeito e discurso de um ponto de vista não logocêntrico e sim heterogêneo, constituído por falhas. Paralelamente, rompe-se com a pragmática. Em terceiro lugar surge o conceito de que um discurso é atravessado por outros discursos e, por último, a afirmação de que o discurso se dá na articulação do lingüístico com o sócio-histórico. Observa-se nos últimos dois pontos algo que se poderia chamar de “germe” da noção de interdiscurso, a qual seria desenvolvida por Pêcheux alguns anos mais tarde.

Uma das teses de Pêcheux (1975:162) é que “... toda formação discursiva dissimula, pela sua transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas...” O que importa destacar nesta passagem é a caracterização do “todo complexo dominante” como interdiscurso, sendo que todas as F.D. são dependentes dele. Pêcheux (influenciado por Marx e Althusser) apresenta neste ponto específico uma certa hierarquia de formações, que podem ser expostas do seguinte modo: Formação Econômica → Formação Social → Formações Ideológicas → Formações Discursivas. Esta última é então constituída por vários “tipos” ou “gêneros” de discurso, podendo ser jurídico, científico, religioso, político, etc., sendo que em determinada sociedade um destes discursos será “dominante”. É importante aqui ressaltar que Pêcheux insere o interdiscurso, o “todo complexo dominante”, entre as Formações Ideológicas e as F.D., ou seja, a ideologia dominante incide no interdiscurso, sendo que todas as F.D. são dependentes dele. Está então instaurada a noção de interdiscurso, que vem então dominando certos domínios teóricos da A.D.

De forma a descrevermos o interdiscurso como o eixo vertical constituinte do processo de irrupção de um discurso, lançamos mão à definição de Orlandi (1992:89-90), segundo a qual:

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciativo. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

Ou seja, o interdiscurso surge como memória³, já dito, como uma espécie de “passado discursivo” do qual o sujeito não se dá conta devido ao esquecimento número 1. Descrito o eixo vertical, iremos agora explicitar o segundo eixo, a saber, o horizontal, tendo como base a noção de C.P.

Ao propor descrever os mecanismos formais que constituem o processo de produção de um determinado discurso, Pêcheux (1969:75) afirma que uma das ordens de pesquisa será:

³ De acordo com Pêcheux (1983:50) “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

O estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e o seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão: é este aspecto da questão que vamos esclarecer agora, através do exame crítico do conceito saussuriano de *instituição*.

Pêcheux promove aqui uma ruptura com a pragmática ao substituir o conceito de circunstância, situação e contexto pelo de C.P. Este movimento tem como objetivo inserir o estudo do discurso no campo das instituições, marcadas pelo histórico e social. Surgiram, porém, alguns problemas. A ambigüidade do termo “condições de produção” deu espaço a interpretações de caráter psicologizante, devido ao fato de que a imagem do “outro” era muitas vezes interpretada como a representação que um interlocutor faz do outro, e não no sentido que Pêcheux tinha em mente, a saber, a imagem do “outro” como representação imaginária, resultante de um processo histórico-social de interpelação. Este problema teórico foi esclarecido por Pêcheux e Fuchs (1975:171) ao afirmarem que “... o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador.” Deste modo, segundo Possenti (2004:369),

Para a AD, o conceito de condições de produção exclui definitivamente um caráter “psicossociológico”, mesmo na “situação concreta” (...) os contextos imediatos somente interessam na medida em que, mesmo neles, funcionam condições históricas de produção. Ou seja, os contextos fazem parte de uma história...

Com o conceito de C.P. a história é colocada em um patamar importante, devendo ser “... preferencialmente compreendida como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes. As duas noções fundamentais da história (...) não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento.” (Foucault, 1972:287). A noção de acontecimento é crucial para a A.D. Primeiramente, por sua relação com a enunciação, concebida como um fato que não se repete, ao contrário do enunciado. Por último, por sua relação com a história, matéria prima deste campo das ciências humanas.

Pêcheux (1988) afirma que o acontecimento foge à estrutura. Este fato pode ser encontrado tanto na definição ducrotiana de enunciação⁴, como em Foucault (1968:23), ao definir a sua relação com a enunciação:

A supressão sistemática das unidades permite restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento; não é mais considerado simplesmente como manifestação episódica de uma significação mais profunda que ele; é tratado na sua irrupção histórica; o que se tenta observar é a incisão que constitui a sua emergência.

Desta forma, para Ducrot e Foucault o ato de enunciar é visto como acontecimento único que emerge para nunca mais aparecer.

No que diz respeito à história, a noção de acontecimento é tomada de forma diferente em Foucault (1972). Neste texto Foucault afirma que a história é constituída de múltiplos acontecimentos, sendo estes paralelos e de diferentes durações. Existem a)

⁴ Para Ducrot (1984:168), a enunciação é “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado.”

acontecimentos curtos, facilmente observáveis, como, por exemplo, uma manifestação pública; b) acontecimentos de médio prazo, que podem ser uma recente seqüência de escândalos políticos, podendo ou não originar a irrupção de uma manifestação pública; e c) acontecimentos de longa duração, como, por exemplo, uma longa tradição de governantes corruptos (seja na monarquia, república, ditadura, etc.) que em um regime democrático (teoricamente mais aberto a investigações e à opinião pública) pode emergir, possibilitando então o aparecimento de outros acontecimentos (escândalos, manifestações, etc.). Foucault chama a atenção para o fato de que acontecimentos de longa duração só podem ser observados se tomarmos a história como descontínua. Esta abordagem “... permite fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido.” (*id. Ibid.*:290).

Desta forma, as C.P. de um discurso são caracterizadas por sua ampla historicidade, a qual é, por sua vez, constituída por “... durações múltiplas, e cada uma delas é portadora de um certo tipo de acontecimentos...” (*id. Ibid.*:294), de natureza diferente. Estes fatos, aliados à noção e interdiscurso, possibilitam ao analista explicar a emergência de um determinado enunciado, e não outro em seu lugar (Foucault, 1969). Temos então presentes dois eixos, um vertical (memórias, já-ditos, interdiscurso) e um horizontal (acontecimentos históricos, C.P.). De seguida iremos fazer uma breve análise de um enunciado veiculado em um panfleto da UNESCO que trata sobre o momento atravessado pela educação nos países em desenvolvimento, de forma a explicitar como estes dois eixos convergem, ocasionando a emergência de um enunciado específico.

3. ANÁLISE

Esta análise foca o enunciado *A UNESCO E A EDUCAÇÃO: NOSSA MISSÃO* presente na capa de um panfleto datado de Dezembro de 2000. O propósito do panfleto é agir como um informe sobre as ações da instituição no que diz respeito à educação em países considerados de terceiro mundo.

O termo *missão* resgata e potencializa um sentido religioso à UNESCO, associando o significado de educação e escola ao de salvação. Tal termo cria um efeito de sentido que incute no interlocutor uma parte da responsabilidade de “salvar” (a escola, a humanidade...). Este efeito tem como um de seus discursos fundadores o surgimento da educação como instituição social no século XIX, momento sócio-histórico fortemente marcado pelo movimento da industrialização. Devido à necessidade de criação de uma força de trabalho produtiva e de uma “economia de corpos” (Foucault, 1976), a responsabilidade da educação de crianças e jovens em todos os âmbitos (social, acadêmico, político, ético, moral, religioso, etc.) sofre um deslocamento da esfera familiar para a esfera educacional, sendo este materializado no surgimento de uma “nova escola”, pela qual passaria a *salvação* do corpo social, na forma de uma boa educação. Este fato reside na memória discursiva do interlocutor, o qual aceita dividir uma responsabilidade que é historicamente do âmbito da instituição escolar. Desta forma, recai sobre a escola e o interlocutor parte do sucesso da *missão*.

O termo traz também à tona um efeito de sentido de obrigatoriedade, proveniente do tom militar. Sendo assim, a *nossa missão* se configura, para o interlocutor, como uma batalha a ser travada em prol da liberdade, batalha na qual todos os soldados

(interlocutores) devem participar. Este efeito de sentido provém da interpelação de uma memória discursiva em duas instâncias. Na primeira, a memória discursiva do locutor (UNESCO) constitui o termo, agregando um sentido de luta pelos ideais. Esta memória tem a sua origem na gênese da UNESCO, em uma época de guerra e caos⁵, sendo os principais objetivos de então a busca da salvação e da liberdade através da conscientização e proliferação de um discurso de paz veiculado pela educação. Na segunda instância, o locutor partilha de imagens constituintes da memória discursiva do interlocutor, imagens estas provenientes do momento sócio-histórico pelo qual o mundo atravessa, imagens de guerra, fome e pobreza. É possível então afirmar que o termo *missão* nasce do imbricamento do interdiscurso (na primeira instância) com as C.P. (na segunda instância). Deste modo, verificamos que o termo *missão* acarreta à educação e ao leitor tanto um sentido religioso, de salvação, como um sentido militar, de (luta pela) liberdade.

O termo *missão*, ao ser contextualizado com o pronome possessivo de primeira pessoa do plural *nostra*, o qual tem a função de facilitar a argumentatividade, funcionando como elemento “aproximador” do sujeito-locutor ao sujeito-interlocutor, cria um outro efeito de sentido: de que tanto o sujeito-locutor (UNESCO) como o sujeito-interlocutor (o leitor) compartilham dos mesmos interesses, de que ambos são sujeitos agentes, capazes de mudança e, conseqüentemente, responsáveis pela *missão*. Deste modo, através de uma manobra discursiva, o enunciado incute no interlocutor um senso de responsabilidade, interpelando-o a aceitar e a participar sem questionar as ações da UNESCO. Os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia constituinte do discurso da UNESCO.

4. CONCLUSÃO

Após a análise acreditamos que foi possível demonstrar a relevância do conceito de C.P. na elaboração e análise de um *corpus*, sendo que este aponta diretamente para a constituição e emergência de enunciados dentro de um discurso específico, trazendo à tona a materialização lingüística da ideologia “dominante” de um discurso, sempre ancorada ao histórico e ao social. Para tal, procuramos demonstrar que emergência e o sentido de um enunciado estão ancorados em dois eixos. O vertical, composto por memórias de dizer, o interdiscurso; e o horizontal constituído pelas C.P., entendidas como acontecimento histórico que pode ter múltiplas durações. No ponto em que os eixos se cruzam, o discurso, lugar de conflitos e tensões. Lugar do opaco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DUCROT, O. (1984). *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes.
FOUCAULT, M. (1969). *A Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
_____. (1972). “Retornar à história”, in: *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 282-295.
_____. (1976). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria T. da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal.

⁵ O processo de constituição da UNESCO se deu entre os anos de 1942 e 1945, em plena segunda guerra mundial.

- MALDIDIER, D. (1990). *A inquietação do discurso: (Re)Ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. P. (1992). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1969). "Análise automática do discurso (AAD-69)", in: F. GADET e T. HAK (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1978). "Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação", in: M. PÊCHEUX, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____. (1983). "Papel da memória", in: P. ACHARD et alii, *Papel da memória*. Campinas: Editora Pontes.
- PÊCHEUX, M. e C. FUCHS (1975). "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas", in: F. GADET e T. HAK (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- POSSENTI, S. (2004). "Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas", in: F. MUSSALIM e A. BENTES (org.), *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, volume 3. São Paulo: Cortez, pp. 353-393.